

OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PSICÓLOGOS NO CRAS

2012

Michele Cristina Zaith
Psicóloga

Email:
michelezaith@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelos psicólogos no CRAS. Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o CRAS tem como finalidade prestar serviços assistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e constitui uma ferramenta do Estado para a promoção de uma política de assistência social voltada à formação de sujeitos autônomos. Para a discussão dos desafios enfrentados pelos psicólogos, será apresentada uma remissão histórica sobre a inserção do psicólogo no campo social, assim como uma revisão conceitual sobre os significados de psicologia social e comunidade. A partir da análise de depoimentos expostos por psicólogos atuantes no CRAS, em um blog, foi possível identificar desafios constantes enfrentados pela Psicologia e afirmar que se tem muito a conhecer sobre essa atuação. A pesquisa poderá contribuir para uma reflexão, por parte de todos os envolvidos nas políticas sociais, sobre as atividades desenvolvidas por estes profissionais, assim como favorecer o aprimoramento da atuação no âmbito social.

Palavras-chave: Psicologia social comunitária SUAS / CRAS, atuação do psicólogo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelos psicólogos que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e com isso aprofundar o conhecimento sobre a atuação deste profissional nesse contexto, buscando interligar as atividades desenvolvidas no CRAS com a teoria da psicologia social comunitária.

O Brasil é considerado um país que propõe uma gama de serviços e programas sociais. A busca pela transformação social tem sido constante, porém a realidade social ainda exige maiores estudos e recursos metodológicos para atingir um trabalho o qual possa oferecer resultados dignos em relação à sociedade.

Haja vista da diversidade dessa política, considera-se relevante conhecer a função do psicólogo neste âmbito, pois tem ocorrido uma expansão na oferta de trabalho no campo das políticas públicas.

Essa oferta em grande escala e curto período, produziu uma realidade pouco conhecida e minimamente explorada. A criação de novas unidades do CRAS tem crescido devido ao aumento da demanda por este tipo de atendimento. Porém, muitos psicólogos têm passado a atuar nesta área sem conhecimentos sobre o trabalho a realizar, uma vez que o trabalho sempre esteve voltado na clínica com foco individual.

A atuação voltada à coletividade é o que propõe a Psicologia Social, a qual busca estudar o sujeito em todos os aspectos e a sua relação entre seus comportamentos e condições ambientais e sociais os quais estão inseridos, na tentativa de fazê-los compreender sua história, se responsabilizar por ela e se manter fortalecido.

Portanto, essa pesquisa poderá contribuir para uma reflexão sobre as atividades dos psicólogos e suas dificuldades no contexto social. Os envolvidos nas políticas sociais poderão entender melhor as condições as quais os psicólogos estão submetidos, favorecendo a assimilação de novos conceitos e mecanismos de aprimoramento das gestões dos CRAS.

Devido a isso, a identificação dos principais desafios dos psicólogos que atuam junto à Assistência Social deve ser levada em consideração para mobilizar e incentivar tanto o curso de graduação em Psicologia quanto a Política de Assistência Social a compreender a necessidade de novas práticas e metodologias que atenda esta demanda.

Da Psicologia Social à Psicologia Social Comunitária no Brasil

Segundo Rodrigues (1979), a psicologia social possui relações com outros setores do conhecimento, como a sociologia, antropologia e filosofia, que se cruzam e torna claro o objeto material a ser estudado: a sociedade e as relações sociais.

Bonfim (2003) menciona o primeiro livro intitulado na área de Psicologia Social publicado no Brasil, somente em 1921, “Pequenos estudos em psicologia” de autoria de Francisco José de Oliveira Viana que versava sobre temas como o meio social e o meio político.

De acordo com Lane (2006) a Psicologia Social só se desenvolveu como estudo científico após a Primeira Guerra Mundial, juntamente com outras ciências sociais, procurando compreender as crises e convulsões que abalavam o mundo. Um desafio era formulado aos cientistas sociais. Questões como a possibilidade de preservar os valores de liberdade e os direitos humanos em condições de crescente tensão social e arregimentação foram levantadas. Em busca de respostas, os psicólogos sociais se puseram a campo para estudar fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudança de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores, relações grupais, entre outros.

A década de 1940 foi marcada, segundo Bonfim (2003), por missões estrangeiras que chegaram ao Brasil no auge da II Grande Guerra Mundial, acrescentando várias contribuições psicossociais. Destaca Pierre Wiel com trabalhos voltados em treinamento do recém-criado Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Emílio Mira y Lopez ministrou aulas na Universidade de São Paulo.

Entre as décadas de 1940 e 1950, Bonfim (2003) considera diversas mudanças na sociedade e nas formas de governo que justificam a necessidade de ampliar os horizontes, pois a Psicologia até então não possuía metodologia para encarar de fato a realidade social. Desta forma, a Psicologia se vê em crise. Para o autor, a única forma de superar essa crise seria buscar uma produção de conhecimento, discussão de novas metodologias, análise das diferenças individuais e grupais, explicação para os conflitos sociais e questionamentos sobre o papel político.

No Brasil, segundo Bonfim (2003), a Psicologia Social cresceu em meio às conturbações políticas e sociais.

O autor anda destaca a década de 1960 como importante para a Psicologia devida a conquista de autonomia e pelo reconhecimento da profissão de psicólogo regulamentada pela Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.

De acordo com Bonfim (2003), a década de 1980 buscou uma nova identidade no que diz respeito à Psicologia Social, e conseqüentemente a realidade social. Houve muitos debates, congressos, publicações, reflexões e encontros. A Psicologia Social buscou autonomia científica, por um conjunto de atividades: crescimento expressivo da produção publicada, detalhamento dos

temas: educação, saúde, comunidade, trabalho, entre outros, além de trabalhos com comunidades carentes.

Para Bock (1999), a década de 1990 passou a dar lugar à imagem da Psicologia e do psicólogo junto à população. Surge, a partir daí, novas posições e certezas em relação a essa nova teoria.

Segundo Gois (1993, apud CAMPOS, 1996, p.11) a psicologia comunitária pode ser definida como:

Uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar / comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos no lugar / comunidade e aos grupos comunitários. (GOIS,1993, apud CAMPOS,1996, p. 11)

Diante deste conceito, o autor defende que o objetivo da Psicologia Comunitária é desenvolver a consciência dos moradores frente ao seu papel na comunidade. Fazer com que os sujeitos reconheçam que são criadores de sua própria história. E através de um trabalho entre psicólogos e outros profissionais buscar transformar a visão do sujeito diante do contexto em que está inserido.

Apesar das diversos conceitos que definem a Psicologia Comunitária, Gomes (1999), aponta características em comum. Dentre elas: a preocupação com a aplicação das práticas a situações sociais reais; ênfase voltada para a melhoria da qualidade de vida e a não preocupação apenas com o indivíduo e as questões intrapsíquicas, mas também com as questões interpessoais, isto, é voltada para o coletivismo.

O autor ainda aponta a necessidade de se compreender o conceito de comunidade, uma vez que é o campo de atuação da Psicologia Comunitária. Para Gomes (1999) a comunidade cobre todo o espaço em que pessoas e grupos habitam, podendo ser um bairro, uma vila, uma escola, um hospital e até a cidade inteira. Entende como o local onde os indivíduos se interagem, por um espaço de tempo definido pela sua duração e num espaço geográfico comum.

Gomes (1999) aponta algumas dificuldades que todas correntes que definem a Psicologia Comunitária apresentam em comum: a falta de referencial teórico adequado, a necessidade de articulação entre teoria e prática e inadequação da metodologia utilizada. Mas por ser um saber em construção, acredita ser natural se deparar com essas dificuldades.

Gomes (1999) afirma que a fragilidade da Psicologia Comunitária decorre pela ênfase nas ações diretas com a comunidade, isto é, tamanha é a preocupação com o contato dentro da comunidade no sentido de conhecer cada vez mais a realidade social e propor a melhoria na qualidade de vida, que acaba por deixar a desejar no que diz respeito à metodologia e

instrumentos utilizados. O autor questiona se a prática está embasada nas teorias existentes e se está de acordo com a realidade. Além disso, aponta a utilização de metodologia não adequada ao desenvolvimento do trabalho. Muitas vezes não se faz o levantamento correto das necessidades da comunidade em conjunto.

De acordo com Freitas (1996) a Psicologia Comunitária concebe o homem como sendo criador e responsável pela sua própria história. Acredita que o homem constrói os conceitos a respeito de si, dos outros e do contexto social através de sua vivência e experiências.

A autora ressalta que a Psicologia Comunitária visa à conscientização sobre a identidade social e individual dos sujeitos, isto é, o reconhecimento e a compreensão de si e dos outros, além do contexto em que se está inserido. Por isso propõe um trabalho utilizando o enquadre teórico da Psicologia Social, voltado para a coletividade e para a formação de grupos.

Ainda para Freitas (1996), este tipo de trabalho exige uma compreensão da realidade social e histórica dos sujeitos, e não se deve limitar ao aspecto individual e particular, mas sim buscar uma visão holística baseada nas relações que permeiam o cotidiano. E é dessa forma que se pretende contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos sujeitos.

É no quadro dos acontecimentos políticos e econômicos que em 27 de agosto de 1962 se dá o reconhecimento oficial da profissão de psicólogo no Brasil. Segundo Freitas (1996) a inserção do psicólogo, em alguns locais, dá-se com o objetivo de somar esforços e de colaborar para tornar a psicologia mais próxima da população e mais comprometida com a vida dos setores menos privilegiados, buscando com isso deselitizar a profissão e ganhar significação política nas práticas de mobilização e transformação social.

Marcando o início de novas práticas e espaços de trabalho, segundo Freitas (1996), os psicólogos saíram dos consultórios e foram para os bairros populares, favelas, escolas, associações. Desenvolviam trabalhos desde a promoção de reuniões e discussões em torno das necessidades vividas pela população, passando por levantamentos de descrições das condições de vida e das deficiências educacionais, culturais e de saúde, assim como oferecer tipo de assistência psicológica gratuita, até baixo-assinado e protestos contra as precárias condições de existência.

De acordo com Freitas (1996) , nos anos 90, a nível nacional expandem os trabalhos dos psicólogos em diversas áreas e setores.

Passa-se a ouvir, mais frequentemente, a denominação de psicologia da comunidade. São práticas desenvolvidas quando o psicólogo está no posto de saúde, na secretaria do bem-estar, em algum órgão ligado a família e aos menores, ou quando o psicólogo está em algum setor vinculado a instituições penais. (FREITAS, 1996, p. 69).

Apesar da aceitação do trabalho do psicólogo junto à população, Freitas (1996) destaca a importância em realizar discussões acerca dos aspectos que envolvem essa prática. Ainda ressalta a necessidade de se construir novos referenciais e também a disposição em conhecer as condições concretas em que vive a grande parte da nossa população.

O compromisso social da Psicologia

Segundo Bock (2011), diversos acontecimentos no Brasil contribuíram para que a Psicologia passasse a ser considerada como parte da sociedade no sentido de ajudar a construir e compreender o “eu” no âmbito da sociedade. As greves, a falta de democracia social, a luta dos partidos, o corporativismo, ou seja, a realidade social vivida desde os anos 40, fez com que a Psicologia adentrasse ao contexto social propondo uma prática voltada à coletividade, e não apenas à elite.

Essa nova prática da Psicologia, para Bock (2011, p.3), mostrava o rompimento de uma psicologia voltada apenas à elite e “a construção de um novo lugar” o qual a psicologia passaria a oferecer seu serviço a todos. Para Bock (2011) a maioria da sociedade passaria a ser atendida e o objetivo seria a compreensão de sua realidade e atendimento às necessidades.

Para a autora, esta preocupação quanto ao atendimento às necessidades da sociedade mostrava o compromisso social da Psicologia. Esta mudança pôde ser confirmada com alterações no Código de Ética: a incorporação da atuação da profissão além dos consultórios; Os Direitos Humanos como parte dos primeiros princípios; uma preocupação e disposição à discussão sobre a realidade social, política e econômica; a generalização do atendimento, isto é, oferecimento do atendimento a todos; além de debates sobre o assunto.

Segundo Bock (2011), em 2000, o Conselho Federal de Psicologia realizou a I Mostra de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social, podendo afirmar o trabalho e forte participação de muitos profissionais atuantes nos segmentos da sociedade. Devido a crescente atuação de profissionais neste âmbito, foi criado o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o qual Bock (2011, p. 4) considera uma ferramenta que possibilita oferecer “referências aos estudantes, professores, pesquisadores, profissionais e aos gestores que, muitas vezes, desconhecem nossa profissão na sua totalidade”.

De acordo com Bock (2011), o homem não se vê criador e transformador de sua própria história. Muitas vezes, acredita que o que lhe acontece depende de sua natureza. Para o homem a realidade social é vista como algo que não é construída pelo sujeito e que não depende do mesmo. A sociedade nunca é vista como criada pelo homem e por isso o homem não se dá conta de que é capaz de mudar sua realidade.

Bock (2011) afirma que a atuação nas políticas públicas não é sinônima de atuação em classes desfavorecidas, mas sim uma atuação em toda a sociedade com o objetivo de atender a todos. O compromisso social da Psicologia é de atender, conhecer, compreender, transformar e estar sempre em busca de melhores condições à sociedade.

É preciso colocar a Psicologia a serviço da sociedade; é preciso colocar a Psicologia a serviços da construção de um mundo melhor, de condições de vida digna, de respeito aos direitos e da construção de políticas públicas que possam oferecer Psicologia a quem dela tiver necessidade. (BOCK, 2011, p. 7).

Segundo Yamamoto (2007), apesar do elitismo marcar o trabalho do psicólogo nos últimos 40 anos, tem aumentada a atuação destes profissionais no terceiro setor voltados para o atendimento à sociedade e sua realidade. Para o autor, atingir as camadas da população consideradas menos favorecidas constitui uma parte do compromisso social.

Para Bock (1999) pensar no ser humano e nas suas condições de vida é assumir um compromisso social em nossa prática. Por isso existe a necessidade de entender e compreender a história de vida do sujeito, assim como o meio em que está inserido e mostrar que este sujeito faz parte e é responsável por esta história.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

É uma unidade pública da política de assistencial social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistencial Social (SUAS), localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e a articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, online)

De acordo com o MDS (online), o CRAS é o equipamento responsável por ofertar serviços de Proteção Social Básica nas áreas de risco. O principal serviço ofertado é de Proteção e

Atendimento Integral à Família (PAIF). É obrigatório e visa promover o acompanhamento socioassistencial de famílias e potencializá-las, fortalecendo vínculos internos e externos e atuar de forma preventiva, evitando que essas famílias tenham seus direitos violados, contribuindo para o processo de autonomia e emancipação social das famílias.

O CRAS deve se localizar próximo a locais com maior número de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e sujeitos a riscos. (MDS, 2006)

De acordo com o MDS (2005), o CRAS oferece serviços de proteção social básica, além de coordenar toda a rede de serviços de assistência social.

São considerados serviços de proteção básica e assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos, familiar e comunitário, não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2005, p. 35).

O MDS (online) apresenta os seguintes meios pelos quais os serviços são oferecidos:

- Programa de atenção integral às famílias;
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Centro de convivência para idosos;
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos.

Segundo dados do MDS (2005), os serviços acima citados são oferecidos às famílias e aos indivíduos em seu contexto comunitário, visando à melhoria na qualidade de vida e no convívio entre os sujeitos. É por isso que o PAIF é considerado a oferta principal do CRAS. O atendimento integral à família busca auxiliar os sujeitos na compreensão dos tipos de estrutura familiar que existem e fazer compreender as funções básicas das famílias, que para o MDS

(2005, p.35) são: “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referenciais morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado”.

Os serviços oferecidos nos CRAS são realizados através entrevistas individuais, oficinas de convivência, oficinas de geração de renda e grupos socioeducativos.

A equipe profissional responsável por gerir o território é composta por diversos profissionais e são responsáveis pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios disponibilizados pela proteção social. (MDS, 2010)

Segundo o MDS (2010), o número de profissionais e a composição da equipe variam de acordo com o número de famílias referenciadas ao CRAS, que por sua vez tem relação com o porte do município, isto é, a formação da equipe é definida conforme o número total de habitantes e a quantidade de famílias que poderão receber atendimento do CRAS.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a equipe é formada obrigatoriamente por psicólogos, assistentes sociais e técnicos de ensino médio, podendo existir outros funcionários como estagiários, serviços gerais e vigias. (MDS, 2010)

O Psicólogo no CRAS

Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (online), criado em 2006 com o objetivo de proporcionar um novo olhar e oferecer qualidade ao trabalho do psicólogo nas políticas públicas, “a atuação do psicólogo como trabalhador da Assistência Social tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos [...]”.

De acordo com o CREPOP (2007), deve-se conhecer o território que abrange os indivíduos, levar em consideração os aspectos sócio-culturais em que se verificam, relacionando-os às particularidades de cada indivíduo, em busca de uma “emancipação social das famílias e fortalecimento à cidadania junto a cada um de seus membros (...) favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania”.

O CREPOP (2007) aponta a importância de conhecer o sujeito, assim como fazê-lo se reconhecer diante da sua realidade. Atribui aos profissionais que atua neste âmbito o auxílio a esses sujeitos em enxergar e valorizar a capacidade que possuem de se transformar socialmente.

Segundo o MDS (2009, p.63), tanto os psicólogos quanto os outros profissionais de nível superior, devem ter conhecimento da legislação que diz respeito à política nacional de assistência social, dominar sobre os direitos sociais, ter experiência de trabalhos em grupos e atividades

coletivas, conhecerem a realidade do território, ter bom relacionamento interpessoal e saber realizar uma escuta qualificada às famílias.

Foi criado pelo CREPOP, documentos de referências para a prática profissional nas políticas públicas. Dentre eles, o documento “Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS / SUAS”.

Considerando que as atividades do CRAS, segundo o CREPOP (2007), estão voltadas para a diminuição da pobreza, desenvolvimento dos indivíduos e das famílias, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários através do aperfeiçoamento da capacidade de cada sujeito e aquisições pessoais e coletivas,

Os psicólogos no CRAS devem promover e fortalecer vínculos sócio-afetivos, de forma que as atividades de atendimento gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia na perspectiva da cidadania. (CREPOP, 2007, p.19)

Segundo o CREPOP (2007, p. 19), “temos o compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação e favorecer a emancipação social”. Daí, a importância de conhecer as particularidades das comunidades, para atingir a compreensão de suas necessidades e condições históricas, culturais, sociais e políticas.

O documento Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS / SUA (CREPOP, 2007, p. 20), apresenta os princípios que devem orientar a atuação do psicólogo no CRAS, destacando-se a atuação de maneira integrada junto aos demais profissionais, a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimentos na proposição das ações; o favorecimento de processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade; atuação além dos settings convencionais, em espaços adequados e viáveis ao desenvolvimento das ações, nas instalações do CRAS, da rede socioassistencial e da comunidade e geral.

Também se considera relevante apontar algumas diretrizes para a atuação do psicólogo nos CRAS elaboradas pela Referências Técnicas Para Atuação Do Psicólogo No CRAS / SUAS (2007). O psicólogo deve desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social; fortalecer atividades e positividade já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos colaborativos entre os atores envolvidos; fomentar espaços de interação dialógica que integrem vivências, leitura crítica da realidade e

ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e dos seus contextos social, comunitário e familiar; trabalho em rede; desenvolvimento de ações de acolhida, entrevistas, orientações, visitas e entrevistas domiciliares; atividades socioeducativas e de convívio, facilitação de grupos, sempre se pautando em referenciais teóricos e éticos.

O CREPOP (2007) considera desafiante atuar no contexto da Assistência Social. O conhecimento de toda uma gama de normas que diz respeito às políticas públicas, a apropriação de teorias e metodologias para o trabalho com famílias e seus membros, a adaptação à realidade em que esses sujeitos vivem e o conhecimento dos indicadores de vulnerabilidade e risco sócio-psicológico, torna um trabalho exigente, sempre em busca de uma atuação ética, política e compreensiva.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Por volta dos anos 70, o conhecimento psicológico passou a ser aplicado diretamente na comunidade. A prevenção e a busca por melhores condições de vida através de um trabalho coletivo eram considerados os objetivos, uma vez que até então o trabalho do psicólogo era visto como individualista.

Através de deliberações de conferências, criação de diretrizes e o estabelecimento de uma política nacional de assistência social que proporcionam a manutenção da condição de vida aos desfavorecidos, a Psicologia adentra ao contexto social orientando os indivíduos e famílias que estejam passando por necessidades sociais, auxiliando na superação das dificuldades e fortalecendo as famílias através da conscientização e mobilização em busca de uma transformação social. Essa psicologia, voltada para saúde pública, passou a se envolver e se comprometer com as necessidades da sociedade e a atuação do psicólogo ultrapassou os limites dos consultórios e apresentou uma preocupação com a população buscando colaborar para que as pessoas pudessem reivindicar suas necessidades básicas e melhorias nas condições de vida. Porém, a Psicologia Social Comunitária ainda clama por referenciais teóricos e práticas que condizem com a realidade, devido à sociedade estar em constante transformação.

O CRAS, recente equipamento público, criado para aliviar as reflexões da pobreza imediata, ou seja, para proteger seus usuários de maiores riscos relacionados à qualidade de vida, uma vez que já se encontram em situação de vulnerabilidade, passa a ser considerado o espaço o qual torna o trabalho do psicólogo social comunitário acessível ao seu objeto de estudo: a comunidade. Por isso suscita que estudos sejam realizados sobre as práticas envolvidas nessas unidades. O trabalho no CRAS é constituído por serviços burocráticos, visitas domiciliares, atendimentos descontínuos, dificuldade em obter recursos e verbas e intervenções em locais

inusitados que convocam os psicólogos para fora do setting tradicional. Dessa forma, o foco se baseia em práticas grupais e a intervenção grupal se torna necessária para o desenvolvimento da consciência, no qual o componente do grupo se descobre no outro, percebendo-se conjuntamente.

Por mais que o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, juntamente com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que desde 2006 consolida uma produção e metodologia particular de integração sobre a presença e referências para atuação dos psicólogos nas Políticas Públicas (CREPOP, 2009), apresentem guias de orientação para nortear os trabalhos dos psicólogos envolvidos nos CRAS, as atividades devem ser desenvolvidas de acordo com as demandas da comunidade que se está atendendo e com as concepções do próprio profissional. Assim, os psicólogos devem sempre reinventar e criar novas formas de intervenção para a transformação social dos usuários.

Diante de uma análise de conteúdos expostos por psicólogos que atuam nos CRAS, no blog <http://craspsicologia.wordpress.com/2010/02/28/o-trabalho-do-psicologoa-no-cras/> o qual lança uma reflexão sobre a Psicologia no CRAS, foi possível refletir quanto ao papel do psicólogo nesta unidade e identificar aspectos desafiantes em relação à atuação deste profissional.

De acordo com os depoimentos *“sou psicóloga e trabalho no CRAS, em um município do Tocantins, estou realmente pedindo ajuda [...] não sei o que um psicólogo do CRAS faz”*; *“gostaria de obter informações a respeito do papel do psicólogo no CRAS [...] não sei como proceder”*; *“estou perdida, gostaria de orientações”*; *“[...] a cada dia me pergunto: qual o meu papel?”*; *“sou recém formada em psi, estou ainda sem saber como realmente deve ser a nossa atuação no CRAS; “[..] não tenho a mínima noção de como o psicólogo atua e quais as atividades poderão ser desenvolvidas”,* pode-se apontar que os psicólogos não tem conhecimento da especificidade do seu papel no CRAS, havendo a necessidade de uma construção de identidade profissional. Porém, de um lado existe o psicólogo que possui sua formação, seus conhecimentos, sua metodologia de trabalho, sua percepção sobre o mundo e homem, do outro, a Comunidade com suas características próprias, com o seu modo de funcionamento, vivendo um momento histórico determinado. Por isso, a dificuldade quanto ao alcance dos objetivos da psicologia social, dentre eles: conscientização, mobilização, fortalecimento e transformação. O psicólogo necessita de um conhecimento especificamente da área comunitária. Isso é percebido claramente nos depoimentos que apresentam queixas quanto a ausência de base durante a graduação: *“é desesperante para muitos e nossa formação realmente não nos dá nada de concreto”*; *“gostaria de saber onde posso encontrar modelos de projetos desenvolvidos por psicólogos nos CRAS”*; *“o que dificulta é a insegurança profissional [...]”*. Sendo assim, o psicólogo se sente perdido diante desta nova área de atuação, visto que sua formação não lhe ofereceu os pré-requisitos necessários para tal e por haver pouca produção de matérias e técnicas a respeito das políticas públicas, além de ser recente esta produção.

Nos depoimentos ainda são percebidos a ausência de um trabalho interdisciplinar, falta de espaço para a troca de experiências e a falta integração entre as equipes, pois os psicólogos buscam fora do equipamento do CRAS conhecimentos os quais os demais profissionais, que já atuam nos CRAS, deveriam compartilhar.

Embora tenham surgido novas metodologias, associações, debates, documentos referenciais, conforme apresenta o desenvolvimento da psicologia social comunitária, é necessária uma ampliação de métodos para a conscientização e adaptação à realidade. Não basta a preocupação com as transformações sociais, é necessário reciclar conhecimentos e haver conscientização por parte dos profissionais envolvidos nas políticas públicas para o aprimoramento do trabalho realizado na comunidade e para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve o intuito de identificar os principais desafios enfrentados pelos psicólogos nos CRAS, propondo uma reflexão sobre a posição deste profissional numa maneira crítica acerca de sua atuação, mostrando que para atuar na comunidade e para a comunidade, precisa assumir um novo compromisso com esta, procurando conhecer sua realidade, suas necessidades, melhorando a qualidade de vida das pessoas, reassumindo nosso pacto com os direitos humanos e utilizando de sua autonomia para defender, criar e fiscalizar as políticas públicas.

É notório que a inserção da Psicologia no campo da assistência social é algo recente e mostra uma série de desafios metodológicos, teóricos e práticos, o que implica diretamente na prática desenvolvida nos CRAS. Como algo novo, a inserção da ciência psicológica nas políticas públicas e, neste estudo especialmente nos CRAS, sugere uma série de questionamentos sobre o campo de atuação do psicólogo e a especificação de seu papel.

Todos os profissionais do CRAS enfrentam o desafio de construir uma intervenção de transformação na direção de promover condições de vida. O CRAS possui uma realidade multideterminante e complexa, na qual incidem questões sociais, econômicas, históricas, subjetivas, e outras. E como unidade recente, propicia apontamentos sobre os desafios que enfrentam. O manual de orientações técnicas aponta a realização de um trabalho interdisciplinar, devendo abandonar o individualismo e o corporativismo. A família deve ser compreendida a partir de seus modos de agir

Proponho pensar os sujeitos sociais para além de um eixo temático da psicologia social, mas como campo necessariamente interdisciplinar, que desafia todas as especialidades à construção de práticas coletivas, individuais e comunitárias.

Os desafios da prática do psicólogo nos CRAS se mostram muito presentes, principalmente no sentido de que os profissionais ainda se sentem muito desorientados quanto à atuação no âmbito das políticas públicas, consequência de uma graduação restrita a outros campos de atuação e de um processo histórico de atuações assistencialistas.

É comum ter profissionais recém-formados na equipe do CRAS que enfrentam grandes dificuldades. Entre elas, há aquelas claramente decorrentes da formação caracterizada por uma hegemonia na ênfase clínica voltada para atendimentos das camadas com grande poder aquisitivo. Porém, o mercado de trabalho oferece oportunidades no atendimento à população pobre. A psicologia fica habitada por um abismo entre o saber acadêmico, adquirido na graduação, e a realidade vivida no cotidiano.

O trabalho no CRAS é um convite para lançarmos novos olhares sobre a Psicologia inscrita nos espaços públicos. Sem dúvida, esse é um campo em que muito ainda tem a conhecer, pois sua recente implantação traz desafios constantes para a Psicologia.

A nova psicologia proposta por Freitas e Bock privilegia o trabalho com grupos, maneira igualmente proposta pelo CRAS. Enfatiza a elaboração de uma teoria e prática pautada em valores, como ética da solidariedade, resgate dos direitos humanos fundamentais e busca da melhoria da qualidade de vida, que também são determinações do CRAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência da Assistência Social – Assistência Social – Proteção básica**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>> Acesso em 01 out. 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência da Assistência Social** - Disponível em <<http://mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-profissionais>> Acesso em 01 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência da Assistência Social**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/equipes-do-cras>> Acesso em 01 out. 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Monitoramento SUAS: censo CRAS 2008**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB / RH – SUAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de assistência Social – PNAS /2004 Norma operacional básica – NOB/SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas para Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BREA, L. Psicologia Comunitária, condiciones para el surgimento de um nuevo paradigma em la psicologia comunitária. *Cadernos de Psicologia*, v.7, n.1, 1985. Apud: GOMES, Antonio Maspoli de Araújo. *Psicologia Comunitária: uma abordagem conceitual*. **Psicologia: teoria e prática**, 1999, 71-79. Disponível em <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1154>> Acesso em 16 set. 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e Políticas Públicas**. Disponível em <<http://www.crpmsg.org.br/CRP2/File/Ana%20Bock%20%20%20PsicoPol%C3%ADticasP%C3%BAblicas.pdf>> Acesso em 05 mar. 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Aventuras do barão de Munchhausen na psicologia**. São Paulo: EDUC, 1999.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odaír; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. **Psicologia Social no Brasil**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referência Técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS / SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 54-77.

GOIS, Cezar Wagner de Lima. **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 1993. Apud: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Introdução: A psicologia social comunitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, Antonio Maspoli de Araújo. Psicologia Comunitária: uma abordagem conceitual. **Psicologia: teoria e prática**, 1999, v.1, n.2, 71-79. Disponível em <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1154>> Acesso em 16 set. 2011.

LANE, Sílvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARIN, Geraldo. Hacia uma Psicologia Social Cumintária. Revista Latinoamericana de Psicologia, 1980. Apud: GOMES, Antonio Maspoli de Araújo. Psicologia Comunitária: uma abordagem conceitual. **Psicologia: teoria e prática**, 1999, 71-79. Disponível em <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1154>> Acesso em 16 set. 2011.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia Social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 30-37, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005> Acesso em 02 abr. 2012.